

## **O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA REPRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DO RACISMO DA POPULAÇÃO NEGRA: ANÁLISE DE PROJETOS POLÍTICOS- PEDAGÓGICOS DE ALGUMAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ-BA**

Nágila de Andrade Santos<sup>1</sup>

Silvano da Conceição<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O Projeto Político Pedagógico – PPP, é um direito e dever obrigatório, disposto na LDB 9394/1996. O PPP é um direito por constar a escola autonomia podendo pensar, elaborar o próprio trabalho, concomitante, sistematiza a intencionalidade de suas práticas/ações (SENS). “(...) É um dever por se vincular aos aspectos legais que emanam da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (...)”, SENS. No artigo 15 da lei de obrigatoriedade do PPP, ele concede à escola graus de autonomia, nas três dimensões da escola: pedagógica, administrativa e de gestão financeira. “Ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho (...)”, SENS.

Em seu sentido etimológico Projeto Político-Pedagógico (PPP) significa lançar adiante, planejar e, ao construí-lo a escola evidencia alguns princípios, firma alguns compromissos e assume suas intenções com a vida dos aprendizes que dela fazem parte. Todo PPP é também um projeto político pelo seu caráter de comprometimento social e por se tratar, como nos diria Weber (1982), de uma ação carregada de intencionalidade e propósito e se caracterizar por um processo permanente de reflexão e diálogo. Para Veiga (2002), justamente pela sua

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, bolsista PIBIC-AF/CNPq e membro do Grupo de Pesquisa: Legados Africanos, Relações Étnico-Raciais Contemporâneas e Legislação Educacional. Email: nagilaandrade19@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e coordenador do Grupo de Pesquisa: Legados Africanos, Relações Étnico-Raciais Contemporâneas e Legislação Educacional



intencionalidade constitutiva, o PPP não é algo para ser construído e arquivado numa gaveta, devendo ser de fácil acesso, para que possa ser consultado, pois, ele serve de bússola norteadora para uma pedagogia ativa. Objetivando fazer um resgate da escola enquanto lugar de diálogo, reflexão e ação para promover mudanças de comportamentos, o PPP tem de nascer no chão da mesma, sendo confeccionado por docentes, discentes, coordenação, direção escolar e funcionários, enfim, por aqueles que fazem parte e conhecem a realidade daquele espaço e seus frequentadores, não devendo ser construído por uma única pessoa, ou por quem desconhece aquele ambiente e quem os ocupa. O PPP exige que a escola defina qual é a sua função e que tipo de cidadão ela almeja para a sociedade, não podendo se constituir num amontoado de atividades, ou apenas num processo burocrático, num documento para constar.

Para cumprir tal função, é necessária a ruptura com uma perspectiva meramente administrativa da escola e estabelecer uma gestão democrática, preocupada com a aprendizagem do corpo discente, e não com selecionar “os melhores” e reprovar quem não passa na “peneira”. Isso caracterizaria uma instituição comprometida com a equidade racial e a justiça social, intentando assim, que cada sujeito que adentra a escola, possa ser um agente social, capaz de compreender e interferir nas complexidades da vida humana, apto a projetar-se socialmente, compreendendo os mecanismos da sociedade em que está inserido.

A instituição escolar precisa ter uma escuta sensível e, quando falamos de escola falamos de gente, dos professores, gestores, alunos, de quem faz a escola, de quem é a escola. Escutar é fundamental para estabelecer relações, romper com uma forma de ensino ultrapassada e minimizar a violência pedagógica (BOURDIEU, 2009), capaz de proporcionar aos indivíduos prazer nas diferentes rotinas escolares. Por isso, a importância da construção coletiva do PPP, sendo de responsabilidade de todos que são a escola. Não esquecendo a função extremamente necessária do professor, o gestor de sua sala de aula, que deve saber seus objetivos com/para os alunos. O que ensinar e como ensinar são questionamentos norteadores para um processo de ensino/aprendizagem efetivo (a). Reconhecer as subjetividades dos aprendizes e conhecer/reconhecer suas realidades desenvolverá nos que são a escola um olhar mais crítico, humanizado e justo. Entendendo a importância do PPP como uma ferramenta que pode contribuir para a equidade educacional e racial, que essa pesquisa foi elaborada objetivando colaborar com a visibilização de um sistema educacional que ainda acaba por manter e reproduzir o racismo da população negra, tendo os Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP's) de algumas escolas do município de Jequié-Ba como objeto de análise e possível ferramenta para

combater o racismo contra essa população. Seis projetos foram analisados. Entendendo que além da denúncia é preciso elaborar e propor projetos de mudanças, essas escolas serão nomeadas com números de 01 a 06.

## **METODOLOGIA**

Além da revisão bibliográfica sobre o tema esse estudo contou com a leitura e análise dos Projetos Político-Pedagógico de seis escolas do município de Jequié, produzidos entre 2008 e 2020. Para a coleta dos dados foi elaborada uma lista com 14 de palavras de busca que tocavam diretamente na temática da educação para as relações étnico-raciais (raça, racismo, negro/a, quilombo, étnico-racial, preconceito racial, juventude negra, discriminação racial, equidade racial, igualdade racial, diferença, inclusão e desigualdade), buscando mensurar a inserção dessa temática na organização escolar. Para o presente texto, será dada ênfase na análise de três palavras que mais apareceram no PPP de três escolas, a saber, inclusão, diferença e negro/a. Após a identificação da quantidade de vezes que tais palavras apareceram nos PPP's buscamos o conteúdo por trás das mesmas. Grosso modo, a análise do conteúdo (BARDIN, 1970) dessas palavras, no corpo dos PPP's, nos fornece importantes indícios de como o conhecimento da cultura e história da população negra e africana é entendido e trabalhado nesses documentos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Há escolas em que algumas palavras de busca não constam no PPP, e consta que a proficiência de algumas das palavras foi baixa. Na escola 06, as únicas palavras-chaves encontradas foram diferença e inclusão. Levando em conta os conteúdos programáticos da lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro brasileira, visibilizando a contribuição dos negros na construção da sociedade brasileira qual a possibilidade de um PPP não ter em seu documento organizacional/identitário as palavras: Negro/a, equidade racial, desigualdade? Como falar de cultura africana e afro brasileira se terminologias intimamente ligadas ao conhecimento dessas culturas não constam no PPP? As palavras de busca escolhidas para coleta de dados e análise dos mesmos estão diretamente ligadas ao que perpassa o ensino para a educação das relações étnico-raciais e dos conteúdos programáticos da lei supracitada. A função social da escola segundo CURY (2007), pode ser vista como instrumento de diminuições das descriminalizações. Porém, se não há registro de



ensino sobre as desigualdades raciais existentes (como surgiram) e quem sofre com ela, como enfrentar e superar o racismo? Como falar em equidade educacional se o ensino e valorização da cultura negra ainda é, sistematicamente, invisibilizado no documento que reflete todos os aspectos pedagógicos da organização escolar? Para GOMES (2003), a escola, sendo uma instituição social responsável pela organização e socialização dos conhecimentos e das culturas, se constitui como um dos meios em que as representações negativas sobre a população negra são mantidas e perpetuadas. Esse espaço que ainda mantém e reproduz o racismo, pode ser utilizado como um importante local onde essa representação negativa pode ser superada. Nota-se que das 3 palavras mais mencionadas por 3 das 6 escolas, a menção das palavras-chave no contexto de relação direta com as questões raciais/étnicas não foi absoluta, palavras como “inclusão”, por exemplo esteve fortemente ligada a questões de pessoas com deficiências, apenas.

## CONCLUSÃO

O acesso à escola, essa democratização trouxe à instituição escolar diferentes culturas, realidades diversas, inclusão de povos outrora marginalizados por ela, como a população negra. A inclusão desses povos acarretou em novas demandas para a escola, como incluir esses povos de fato, em sua inteireza, não somente corporalmente, mas anexar essas diferentes culturas e conhecimentos desses povos no PPP da escola, documento esse que é a identidade da escola. Se a escola passa a abrigar diferentes identidades com a diversidade de povos e culturas, o PPP (identidade da escola) necessita de uma reestruturação, para comportar o conhecimento e valorizar todas as identidades étnicas e culturais dispostas nas instituições de ensino. Pretende-se ampliar a pesquisa, analisando mais PPP's das escolas de Jequié-BA, afim de averiguar se as escolas do município têm tratado de propagar uma educação que vise superar o racismo contra a população negra, amparando-se no documento de identidade de cada escola (PPP) e se a sistematização dos conteúdos propostos de/para ensino-aprendizagem dispõe dos conteúdos programáticos da lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro brasileira e africana.

**Palavras-chaves:** PPP. População negra. Educação. Racismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1970, 229 p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean. Claude. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Recensão de: Ana Paula Rosendo. Coleção: Recensões

LUSOSOFIA. Direcção da Coleção: José M. S. Rosa & Artur Morão. Design da Capa: António Rodrigues Tomé & José Rosa. Composição & Paginação: José M. S. Rosa; Universidade da Beira Interior Covilhã, 2009.

CURY, J. R. C. A gestão democrática na escola e o direito à educação. 2007.

GOMES, Nilma, L. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago 2003, p. 7.

SENS, Aracy, Santos. **PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA**.

VEIGA, Ilma, P, A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. 14ª edição Papirus, s/p, 2002.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.